

O DECLÍNIO NORTE-AMERICANO: SINAIS QUE VÊM DO ORIENTE MÉDIO

Ana Carolina Rosso de Oliveira¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é compreender de que maneira a intervenção norte-americana no Iraque serviu como forma de assegurar o domínio do país, que já dava sinais de enfraquecimento em 1970. Além disso, far-se-á um esforço no sentido de identificar em que medida a posição do presidente Obama, na crise da Síria, representa uma continuidade ou não da posição defendida por George W. Bush em 2003 na invasão do Iraque. Como resposta provisória, argumenta-se que o fracasso na guerra do Iraque e a falta de credibilidade no cenário internacional são implicações que, no caso da crise na Síria, demonstram o esvaziamento do poder consentido dos Estados Unidos perante o mundo.

Palavras-chaves: Iraque, Síria, Estados Unidos.

ABSTRACT: The objective of this work is to understand how the American intervention in Iraq served as a way to ensure the domain of the country, which was already showing signs of weakening in 1970. Moreover, we will make an effort to identify to what extent the position of President Obama, on the Syria crisis, represents a continuation or not of the position advocated by George W. Bush in 2003 in the invasion of Iraq. As an interim response, it is argued that the failure of the Iraq war and the lack of credibility in the international arena are implications that if the crisis in Syria, emptying demonstrate the power of the United States consented to the world.

Key-words: Iraq, Syria, United States.

¹ Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina

1. INTRODUÇÃO

A política internacional vem sofrendo inúmeras transformações como consequência de um fator fundamental: o declínio do poder norte-americano. Essa é uma fase que se iniciou entre os anos 1970 e 1980 e que perdura até os dias atuais.

Tomando alguns autores como referência, é possível identificar os atentados de 11 de setembro de 2001 e, conseqüentemente, a invasão dos Estados Unidos no Iraque, como sintomas do declínio hegemônico americano.

A legitimidade dos Estados Unidos frente ao sistema internacional parece ter sido diluída. Esse fator pode ser corroborado se lançarmos os olhos para o aprofundamento da crise na Síria, em 2013, e a vitória da cooperação e solução diplomática do conflito em detrimento da disposição do governo Obama em intervir militarmente no Oriente Médio. Este cenário representa uma mudança do unilateralismo norte-americano perpetrado pelo governo Bush em 2003.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira a intervenção norte-americana no Iraque serviu como forma de assegurar o domínio do país, que já dava sinais de declínio em 1970. Ademais, far-se-á um esforço no sentido de identificar em que medida a posição do presidente Obama, na crise da Síria, representa uma continuidade ou mudança da posição defendida por George W. Bush em 2003 na invasão do Iraque. Como resposta provisória, acredita-se que o fracasso na guerra do Iraque e a falta de credibilidade no cenário internacional são implicações que, no caso da crise na Síria, demonstram o esvaziamento do poder consentido dos Estados Unidos perante o mundo.

A fim de cumprirmos com esse propósito, o artigo será dividido em duas seções. Na primeira seção, discorreremos sobre o que foi a guerra do Iraque para, então, a partir de alguns autores – Wallerstein, Arrighi, Ikenberry, Hobsbawn e Harvey – analisaremos quais as implicações que a invasão norte-americana naquele país implicou para os Estados Unidos. Na segunda seção, faremos uma análise da crise na Síria, por meio de materiais jornalísticos, para então problematizarmos se a posição norte-americana nesta crise representa uma continuidade ou não da política externa norte-americana empreendida pelo governo Bush em 2003.

2. Dando sentido à guerra do Iraque

O declínio do poder norte-americano já se assinalava desde 1970, e foi aprofundada com a Guerra do Vietnã que expôs incisivamente os limites do poder norte-americano. Incapazes de sustentar sua retórica salvacionista frente aos Estados do sistema internacional e à sua própria sociedade, os Estados Unidos viram-se diante da difícil tarefa de reconhecer que nem todo seu poder militar, tampouco seu aparato institucional eram capazes de vencer uma guerra (COMBAT, 2007).

Com o fim da Guerra Fria, da bipolaridade e diante da desintegração da URSS, a configuração do poder global se alterou. A partir de então, as ameaças à ordem internacional deixariam de ser as guerras interestatais entre as potências, isso porque a violência e instabilidade proviria dos Estados mais fracos considerados inimigos. Essa alteração marcou o século XXI, principalmente por meio dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Esse ato violento e clamoroso prendeu a atenção de toda a humanidade devido aos seus efeitos devastadores e a derrocada de um mito: o da inviolabilidade do território continental americano. Em consequência, a postura dos Estados Unidos no sistema internacional seria incisiva, pois empreenderia-se uma guerra de alcance global contra os terroristas. A missão norte-americana se tornava clara - era necessário defender a civilização e a sociedade contra o terror. Dessa forma, o governo Bush favoreceu uma política externa cunhada pelo poder militar que passaria a ser usado unilateralmente, se preciso (IKENBERRY, 2011).

Prevalendo-se de uma retórica salvacionista, de combate aos terroristas e seus aliados, os Estados Unidos decidem invadir o Iraque com o objetivo de procurar as armas de destruição em massa e libertar o povo iraquiano do regime ditatorial de Saddam Hussein (FEITOSA, 2008). O risco era de que o armamento chegasse a grupos terroristas como a Al Qaeda, organização responsável pelos atentados de 11 de setembro.

Contando com o apoio do Congresso norte-americano e o favorecimento, por parte da sociedade dos Estados Unidos, a uma intervenção militar no Iraque, em 20 de março de 2003 o governo norte-americano deu início a esta ação (COMBAT, 2007). Se por um lado, a conquista alcançada por Washington de invadir o Iraque

marcou o sucesso do unilateralismo americano; por outro lado, representou uma crise de representatividade das Nações Unidas uma vez que a guerra foi colocada em curso sem alcançar a unanimidade no Conselho de Segurança desta organização.

A vitória parecia fácil e rápida. A crença na superioridade bélica norte-americana pesaria expressivamente na decisão de lançar a guerra contra o Iraque, um inimigo sabidamente fragilizado. O que não entrava nos cálculos, segundo Combat (2007), era a capacidade de resistência militar iraquiana.

Como destaca Combat (2007), o grande desafio enfrentado por Washington, no Iraque, foi a manutenção do caráter legítimo do poder exercido pelos Estados Unidos. Afinal,

[...] como convencer os outros Estados da comunidade internacional de que os interesses representados pelos Estados Unidos são, de fato, interesses comuns a todo mundo “livre e democrático”? Como conquistar o apoio internacional para intervenções ditas “humanitárias” quando significativa parcela da resistência à intervenção é formada pelas pessoas que, supostamente, se deveria proteger? A ironia se resume, então, em utilizar a dominação para tentar salvar a hegemonia em declínio (COMBAT, 2007: 208).

2.1. Immanuel Wallerstein e o sistema mundo

O declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica começou por volta de 1970 e a reação aos ataques terroristas de 11 de setembro limitou-se a acelerar esse declínio. Para Wallerstein (2004: 09), os atentados não foram um momento determinante, mas sim, um acontecimento importante em uma trajetória que começou muito antes e que ainda continuará por décadas; um longo período que o autor chama de “declínio da hegemonia norte-americana em um mundo caótico”. Em consequência, os Estados Unidos encontram-se hoje como uma superpotência solitária à qual falta credibilidade. É uma nação em declínio, imersa no caos global que não pode controlar.

Esse processo intensificou-se com o envolvimento dos Estados Unidos no Oriente Médio, sobretudo na Guerra do Iraque, porque foi mais profundo e seus fracassos mais espetaculares. Os norte-americanos não conseguiram exercer de maneira eficaz a sua proteção hegemônica nos países orientais, não por falta de vontade ou esforço, mas por falta de verdadeiro poder (WALLERSTEIN, 2004).

A argumentação de Wallerstein (2004) é clara. O único trunfo que os Estados Unidos dispõem é o aparato militar. Entretanto, isso não significa que pudessem invadir o Iraque, conquistá-lo e instalar um regime amigável e estável.

The United States does remain a giant, but a giant with clay feet. It continues for the moment to have the strongest military force, but it finds itself unable to make much good use of it. The United States has tried to minimize its risks by concentrating on drone warfare (Wallerstein, 2013, online)².

As tentativas norte-americanas de controlar o Oriente Médio foram derrotadas. Os Estados Unidos não são mais capazes de vencer guerras, embora possam causar enormes danos para si mesmos por meio de ações imprudentes.

Portanto, para Wallerstein (2004), ao longo da década restam poucas dúvidas de que os Estados Unidos continuarão o seu declínio como força decisiva nas questões mundiais. A verdadeira questão não se concentra no possível declínio norte-americano, mas sim se o país encontrará uma forma de cair graciosamente, com danos mínimos para o mundo e para si mesmo.

2.2. Giovanni Arrighi e o Projeto para o Novo Século Norte-Americano

Segundo Giovanni Arrighi (1996), o desenvolvimento histórico do capitalismo foi marcado por mudanças sistêmicas que se caracterizaram pela reorganização do moderno sistema-mundo, sobretudo, pela ascensão e queda de hegemonias.

Para Arrighi (1996), o ciclo sistêmico de acumulação centrado nos Estados Unidos já dava indícios de sua crise sinalizadora entre 1969 e 1973. O ponto de partida dessa crise norte-americana se deu pelo desastre na Guerra do Vietnã, pelo fim do padrão dólar-ouro de Bretton Woods e pela crise ideológica da luta anticomunista. Em consequência, nesse período, houve mudanças nas diretrizes hegemônicas dos Estados Unidos, as quais foram marcadas por um declínio da legitimidade do país enquanto governo mundial.

Esse declínio se acentuaria com a aventura norte-americana na Guerra do Iraque, pois através desta a superioridade da força ocidental atingiu seu limite,

² Disponível em: <<http://www2.binghamton.edu/fbc/commentaries/archive-2013/364en.htm>> Acesso em: 23 de nov. 2013.

apresentando forte tendência a implodir. Na visão de Arrighi (2008: 187), os atentados de 11 de setembro foram a oportunidade do governo Bush para implementar a nova estratégia imperial que vinha elaborando há muito tempo: “o Projeto para o Novo Século Norte-Americano”. Este serviria como um novo programa imperial e prometeria a ordem, segurança e justiça aos norte-americanos.

O sentimento de ameaça aos cidadãos dos Estados Unidos, desencadeado pelos atentados, salvou o governo Bush, pois deu o poder de mobilização ao país. De acordo com Arrighi,

A ameaça dos “fundamentalistas” muçulmanos e dos “Estados delinquentes” tornou-se o novo fator de medo, apavorando o povo norte-americano e conquistando o apoio quase unânime do Congresso à invasão do Iraque que Cheney, Rumsfeld e Wolfowitz vinham defendendo sem sucesso havia quase uma década (2008: 187).

Entretanto, no Iraque, assim como ocorreu no Vietnã, os Estados Unidos demonstraram sua crescente dificuldade para superar a resistência de um adversário militar comparativamente insignificante, o que comprometeu a credibilidade do poder norte-americano mundialmente. Segundo Arrighi (2008), incapazes de impor sua vontade à resistência iraquiana, os Estados Unidos tiveram que enfrentar a perda de seu poder e, sobretudo, da credibilidade do seu poderio militar, mesmo considerando que ainda são a potência militar dominante no mundo.

As dificuldades dos Estados Unidos no Iraque precipitaram a crise terminal de sua hegemonia. Essa crise já vinha se formando e estava fadada a acontecer, indiferentemente das ações que fossem ou não adotadas pelo governo Bush. No entanto, a forma como ela ocorreu foi determinada pela decisão de invadir o Iraque na expectativa de que a vitória fácil alterasse o veredicto do Vietnã e lançasse as bases de um novo século norte-americano (ARRIGHI, 2008).

Se, por um lado, a hegemonia concentra-se na capacidade de um Estado em exercer funções de liderança e governo sobre as demais nações soberanas, através da combinação de consentimento e coerção; por outro lado, a invasão do Iraque demonstrou, na concepção de Arrighi (2008: 196), a “deflação que o poder norte-americano sofreu em consequência de sua transformação de hegemonia em pura dominação”.

O declínio da influência dos Estados Unidos em âmbito internacional desencadeou na perda de legitimidade, isto é, consentimento perante os demais

Estados e instituições internacionais. Além disso, demonstrou que a hegemonia exercida somente pela coerção é falha.

Mesmo assim, ainda não é possível afirmar que o país não ocupa mais o posto de hegemonia mundial. Contudo, os acontecimentos como os atentados de 11 de setembro de 2001, a Guerra ao Terror e, conseqüentemente, o Projeto para o Novo Século Norte-Americano que lançou as bases para a invasão do Iraque sob o governo Bush, dão sinais de declínio e fracasso do poder norte-americano.

2.3. Harvey e o imperialismo neoconservador de Bush

A década de 1990 tornou-se um dos períodos mais desagradáveis da história norte-americana. Com o fim da Guerra Fria a ameaça russa deixou de existir e, principalmente, a expansão da economia doméstica norte-americana deveria ter garantido um nível sem precedentes de contentamento e satisfação para todos. Mas a nova “belle époque”, embora tenha dado sinais de que pudesse ocorrer durante o início dos anos 90, acabou dando lugar ao terrorismo, às crises econômicas e a um período de incertezas na sociedade dos Estados Unidos (HARVEY, 2004).

Naturalmente, os atentados de 11 de setembro, de acordo com Harvey, forneceram as bases para o rompimento dos hábitos dissolutos dos anos 90. Os ataques propiciaram “a abertura política não só para afirmar um propósito nacional e proclamar uma solidariedade nacional como também para impor a ordem e a estabilidade à sociedade civil em casa” (2004: 24).

Dessa forma, o envolvimento norte-americano na guerra do Iraque serviu como uma manobra diversionista das dificuldades domésticas e, principalmente, foi uma oportunidade para impor um novo sentido de ordem social interna e como uma forma de submeter a sociedade. Portanto, as críticas à guerra do Iraque foram silenciadas na medida em que o inimigo externo tornava-se a força primordial (HARVEY, 2004).

A atmosfera pós-11 de setembro no interior dos Estados Unidos serviu, então, como forma de tornar mais aceitável politicamente a ação militar unilateral do país. Para Harvey (2004), a mudança do governo Bush ao unilateralismo, à coerção em detrimento do consentimento, para uma visão imperial declarada e para o recurso ao

poder militar, indicou uma tentativa de sustentação do domínio norte-americano e, sobretudo, de controlar militarmente os recursos globais do petróleo. O acesso ao petróleo do Oriente Médio é,

[...] uma questão de segurança crucial para os Estados Unidos, bem como para a economia global como um todo. Isso traz de imediato o problema da motivação dos Estados Unidos para buscar um controle militar e estratégico mais vigoroso, se necessário de maneira unilateral (HARVEY, 2004: 29).

A invasão do Iraque demonstrou a frequência norte-americana em recorrer à dominação coercitiva ao invés da consentida, movimento que prenuncia o fim da potência hegemônica. Entretanto, de acordo com Harvey (2004), a tática utilizada pelos Estados Unidos foi tentar mascarar o domínio pela coerção sob o verniz da liderança mediante a hegemonia.

Utilizando-se de uma retórica de promoção da paz e liberdade ao mundo como forma de salvaguardar o interesse geral, sua ação foi motivada pelo interesse próprio. Todavia, a falta de apoio internacional à invasão do Iraque demonstrou que boa parte do mundo desconfiava das motivações norte-americanas.

Como aponta Harvey (2004), com o decorrer da guerra as armas de destruição em massa – motivo primordial alegado pelos Estados Unidos para um ataque antecipatório – não constituíram uma ameaça e nada se descobriu a respeito. Ademais, a suposta ligação de Saddam Hussein a Al Qaeda e com o 11 de setembro não se comprovou. Como consequência, o resquício da guerra foi à dilapidação, pelos neoconservadores, da capacidade norte-americana de liderança moral e, especialmente, sua habilidade de liderança por consenso genuíno já se mostram diminuídas.

2.5. Hobsbawm e a megalomania norte-americana

O século XX e XXI foram marcados pela crise dos Estados nacionais e, sobretudo, pelos limites cada vez mais obscuros entre os conflitos interno e externo aos Estados. Para Hobsbawm (2008), a linha divisória entre as guerras internacionais e civis tornou-se nebulosa, principalmente porque o século XX não caracterizou-se somente por guerras, mas também por revoluções e fragmentações de impérios.

Em certa medida, a ausência de uma autoridade global efetiva capaz de controlar e liquidar essas disputas armadas representa uma crise de governança global. De acordo com Hobsbawm (2008), se por um lado, a globalização expandiu nos aspectos econômicos, tecnológicos, culturais e linguísticos; por outro lado, no âmbito político e militar os Estados territoriais permanecem como a única autoridade efetiva.

Nesse processo globalizante, os Estados Unidos tornaram-se o Estado mais poderoso frente aos demais. Entretanto, “[...] no state or empire has ever been large, rich, or powerful enough to maintain hegemony over the political world, let alone to establish political and military supremacy over the globe.” (HOBSBAWM, 2008: 25).

Isso se deve a uma transição decorrente entre o século XX e XXI. A ideia de que a guerra tem lugar em um mundo dividido em áreas territoriais sob a autoridade de governos eficazes, os quais possuem o monopólio do poder e da coerção, tornou-se obsoleta dada as transformações provindas da intensificação dos fluxos da globalização. Na concepção de Hobsbawm (2008), nos últimos trinta anos os Estados territoriais têm perdido o monopólio da força armada e sua estabilidade. Como consequência, as organizações não estatais têm ganhado força e a eliminação destes pequenos grupos armados não oficiais está cada vez mais difícil.

Essa situação foi enfrentada pelos Estados Unidos, conforme aponta Hobsbawm (2008), quando sofreu os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e sentiu-se obrigado a lançar uma operação formal contra os responsáveis pelo ataque. Todavia, deparou-se com uma organização não governamental, internacional, pequena, isto é, com uma rede que não possuía território, tampouco exército reconhecível.

A reação norte-americana ao 11 de setembro e, sobretudo, a invasão do Iraque elucidou a política americana, denominada por Hobsbawm (2008: 56) de “megalomaníaca”, que teve suas bases políticas e ideológicas da antiga influência hegemônica destruídas.

Ademais, a Guerra ao Terror, lançada pelos Estados Unidos, se concretizou como consequência da dinâmica social interna do país. Para Hobsbawm (2008: 57), essa dinâmica indica,

[...] a growing crisis within American society, which finds expression. In the most profound political and cultural division within that country since the Civil War, and a sharp geographical division between the globalized economy of the two seaboards, and the vast resentful hinterland, and culturally open big cities and the resto of the country.

No âmbito externo, a Guerra ao Terror e, sobretudo a invasão do Iraque, evidenciaram que pequenas guerras possuem dimensões catastróficas. Além disso, demonstraram o isolamento e os limites do atual poder mundial norte-americano. Entretanto, os Estados Unidos permanecem como o poder imperial, mesmo que em relativo declínio econômico (HOBSBAWN, 2008).

2.6. Ikenberry e o Leviatã global

O fim da Guerra Fria e a consolidação da liderança americana na ordem pós-guerra provocaram profundas mudanças no sistema internacional. A globalização da economia mundial e o desenvolvimento das forças de mercado tornaram-se forças de mudanças. Ademais, o Consenso de Washington emergiu defendendo as políticas de expansão e desregulamentação do mercado.

Para além de mudanças no âmbito econômico, a natureza do problema de segurança no sistema mundial também se transformou. Como consequência, a ameaça à ordem internacional deixou de ser a guerra entre grandes potências. A violência e instabilidade passaram a emergir dos Estados fracos e falidos, os quais advém da periferia do sistema (IKENBERRY, 2011).

Os atentados de 11 de setembro de 2001 marcaram essa mudança. Isso porque, a ameaça, conforme aponta Ikenberry (2011), foi projetada para fora dos Estados fracos – dirigida pelos atores não estatais.

Portanto, se no passado somente os Estados adquiriam os meios de violência como forma de ameaçar outras sociedades, no presente nos deparamos com pequenos grupos transnacionais capazes de obter armas de destruição em massa e provocarem destruições inimagináveis.

Os ataques aos Estados Unidos em 2001 demonstraram a habilidade desses grupos transnacionais, o qual ocasionou na derrocada de um mito: o da inviolabilidade do território continental americano. Como resultado, a administração Bush embarcaria numa ambiciosa reorientação estratégica. De acordo com Ikenberry

(2011), a manifestação dessa reorientação manifestou-se através da Guerra ao Terror e da invasão americana ao Iraque em 2003.

A proposta da administração Bush era “a system of hegemonic order with fewer liberal characteristics and more imperial characteristics, and the world – for the most part – rejected this system” (IKENBERRY, 2011: 255).

Frente às ameaças aos Estados Unidos, este serviria, dessa forma, como provedor da segurança internacional. Para tanto, utilizaram-se do unilateralismo e da resistência às regras internacionais, instituições, tratados e acordos. Essa lógica, para Ikenberry (2011), é manuseada pelos norte-americanos para manterem seu *status quo* no sistema internacional e usar seu poder incomparável para manter a ordem e a estabilidade.

Nesse sentido, os Estados Unidos seriam o chamado “global Leviathan” (IKENBERRY, 2011: 269), isto é, o provedor da segurança global, indicador das ameaças e responsável por implementar a força em todo o mundo. Como consequência, ao estarem acima dos demais Estados, seriam menos constrangidos pelas regras e instituições multilaterais.

Entretanto, a guerra do Iraque serviu como forma de barrar essa nova ordem de segurança global. Por um lado, os Estados Unidos estavam oferecendo uma nova barganha hegemônica para o mundo; mas, por outro lado, o mundo não aceitou essa nova forma de barganhar (IKENBERRY, 2011). Essas foram as falhas da administração Bush: problemas de coerência, capacidade e legitimidade.

Em decorrência disso, Ikenberry (2001) é coerente ao argumentar que o mundo vislumbra a crise de autoridade americana dentro da ordem internacional liberal. É uma crise sobre a forma pela qual a ordem internacional liberal é governada. E, sobretudo, é uma crise que tem pressionado e incentivado a reorganização da soberania, das regras, instituições, hierarquia e autoridade no sistema internacional. Neste caso, os Estados Unidos já não oferecem uma base sólida para a manutenção das regras características da ordem liberal.

3. Os reflexos da crise na Síria a hegemonia norte-americana

A Síria enfrenta, desde 2011, uma guerra civil que já deixou milhares de mortos, destruiu a infraestrutura do país e gerou uma crise humanitária regional. Em decorrência, mais de um milhão de pessoas deixaram o país em busca de refúgio nas nações vizinhas, aumentando as tensões entre os países da região.

A guerra civil da Síria, de acordo com Pereira (Folha de São Paulo, 2013), é uma crise na qual os rebeldes são apoiados pela Arábia Saudita, com certa cautela das potências ocidentais, e com crescente determinação pelos governos e grupos terroristas islâmicos de orientação sunita. O objetivo é instaurar um regime democrático na Síria, com a queda da ditadura secularista de Bashar al-Assad, que há mais de 50 anos garante a estabilidade política no país.

A situação se agravou quando, em 21 de agosto de 2013, a oposição denunciou mais de mil mortos em um massacre com o uso de armas químicas em subúrbios de Damasco controlados pelos rebeldes. Em resposta, a Organização das Nações Unidas (ONU) enviou observadores à Síria para a investigação do uso de armas químicas, os quais reuniram evidências de que diversos crimes de guerra e crimes contra a humanidade foram autorizados por membros do alto escalão do governo sírio, inclusive Bashar al-Assad (BBC, 2013).

O incidente, considerado o mais grave com o uso de armas químicas desde 1980, provocou divergências na política internacional. Quando começaram as hostilidades, segundo Pereira (Folha de São Paulo, 2013), a mídia Ocidental passou a cobrar a intervenção armada. De um lado se posicionavam a favor da ingerência: Grã-Bretanha e França, já os Estados Unidos, escaldados pelo desastre político e humano na Guerra do Iraque, revelaram-se menos entusiasmados. Do outro lado, China e Rússia vetaram a proposta.

Todavia, a situação se altera quando, no início do mês de setembro, o Presidente dos Estados Unidos Barack Obama decide intervir militarmente na crise da Síria. Ao considerar que o uso de armas químicas foi um ataque direto a dignidade humana e uma séria ameaça à segurança nacional, Obama declara,

I announced that, as Commander in Chief, I decided that the United States should take military action against the Syrian regime. This is not a decision I made lightly. Deciding to use military force is the most solemn decision we can make as a nation (*The White House*, 2013).

A intervenção detinha dois argumentos: o primeiro era do interesse nacional por parte dos Estados Unidos; o segundo, para Obama, a Síria serviria como ameaça aos países aliados e às bases americanas na região, caso Assad use armas químicas. Embora o país não fosse uma ameaça direta aos Estados Unidos, o medo era que as armas pudessem cair nas mãos de terroristas, que poderiam usá-las contra os americanos (MARDELL, BBC, 2013).

Portanto, um problema distinto como no caso da Síria, requeria uma resposta da hegemonia mundial. Neste caso, a decisão de intervir militarmente no país deveria considerar suas implicações: por um lado, o envolvimento dos Estados Unidos no conflito sírio poderia impedir a derrota dos rebeldes, apoiar aliados moderados, evitar o colapso do Estado e ajudar a conter uma crise de refugiados; por outro lado, a intervenção seria cara, sangrenta e, principalmente, poderia tornar-se uma repetição do que ocorrera no Afeganistão e no Iraque, guerras que não renderam a vitória dos Estados Unidos, tampouco a estabilidade na região (LEMMON, Foreign Affairs, 2013).

Para Zunes, a história centrada nas relações entre Estados Unidos e Síria demonstra ser inapropriada a intervenção militar neste país. Isso porque,

On the one hand, the Syrian regime has at times supported U.S. foreign policy goals in the region, such as suppressing Palestinian and leftist forces in Lebanon in the mid- to late 1970s, contributing troops to the U.S.-led “Desert Shield” operation in 1990 following Iraq’s invasion of Kuwait, supporting a coup against a pro-Saddam Lebanese prime minister that same year, providing intelligence and other support against al-Qaeda and other extremists, supporting tough anti-Iraq resolutions while on the UN Security Council, and becoming a destination for “extraordinary rendition” of suspected Islamist radicals captured by the United States. Overall, however, the U.S.-Syrian relationship has been marked by enormous hostility. The United States has backed the right-wing Israeli government in its illegal occupation and colonization of southwestern Syria, which Israel invaded in June of 1967, despite offers by the Syrian government to recognize Israel and provide security guarantees in return for a full Israeli withdrawal. Indeed, in 2007, the United States effectively blocked Israel from resuming negotiations with Syria (*Foreign Policy in Focus*, 2013).

Os resquícios históricos dão indícios de que a intervenção militar dos Estados Unidos colocaria o país nas mãos do regime de Damasco. Ademais, o regime de Assad poderia apontar que os norte-americanos são o principal fornecedor militar das ditaduras remanescentes. Dessa forma, não seria difícil para o regime sírio afirmar

que o governo americano não se preocupa com a democracia na Síria, bem como com o restante do Oriente Médio (ZUNES, *Foreign Policy in Focus*, 2013)

Neste caso, a “promoção da democracia” seria um discurso, utilizado pelos Estados Unidos, na tentativa de derrubar um governo que se opõe aos projetos hegemônicos de Washington no entorno geográfico da Síria.

Entretanto, a reviravolta ocorreu em 09 de setembro de 2013. Neste dia, o Presidente russo, Vladimir Putin, fez uma jogada diplomática que surpreendeu a comunidade internacional. Aproveitando do momento mais dramático possível, às vésperas do que era pra ser uma votação decisiva no Congresso dos Estados Unidos sobre a decisão de Obama de intervir militarmente na Síria, Putin propôs que a este país entregasse suas armas químicas para uma comissão internacional liderada pelas Nações Unidas (HILL, 2013).

Por meio de votação no Conselho de Segurança da ONU em 28 de setembro de 2013, foi adotada com unanimidade a Resolução 2118. A partir de então, a Síria aceitaria e cumpriria as decisões do Conselho, o qual determinava:

Hace suya la decisión del Consejo Ejecutivo de la OPAQ de 27 de septiembre de 2013, que establece procedimientos especiales para la rápida destrucción del programa de armas químicas de la República Árabe Siria y su verificación estricta, y *pide* su plena aplicación a la mayor brevedad y de forma más segura (ONU, Resolución n. 2118, 2013)³.

A OPAQ (Organização para a Proibição de Armas Químicas) é a responsável, atualmente, por supervisionar a destruição do programa de armas químicas da Síria, bem como de suas instalações de produção. A operação acontecerá em três fases, com conclusão prevista até 30 de junho de 2014 (ONU, 2013).

Seja qual forem os desdobramentos no próximo ano, as decisões decorrentes na crise da Síria demonstraram o domínio do consenso e o sucesso da diplomacia na busca de alcançar a estabilidade nas relações internacionais. Neste caso, a Rússia obteve um papel importante. Nas palavras de Putin,

From the outset, Russia has advocated peaceful dialogue enabling Syrians to develop a compromise plan for their own future. We are not protecting the Syrian government, but international law. We need to use the United Nations Security Council and believe that preserving law and order in today's complex and turbulent world is one of the few ways to keep

³ Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N13/489/26/PDF/N1348926.pdf?OpenElement>> Acesso em: 16 dez. 2013.

international relations from sliding into chaos. The law is still the law, and we must follow it whether we like it or not. Under current international law, force is permitted only in self-defense or by the decision of the Security Council. (*The New York Times*, 2013).

A linguagem da força cedeu espaço à solução diplomática e pacífica. Isso decorreu, em certa medida, porque os Estados Unidos reconheceram seus limites. Além disso, a sociedade internacional se demonstrou resistente a uma nova intervenção norte-americana no Oriente Médio. De acordo com Putin,

It is alarming that military intervention in internal conflicts in foreign countries has become commonplace for the United States. Is it in America's long-term interest? I doubt it. Millions around the world increasingly see America not as a model of democracy but as relying solely on brute force, cobbling coalitions together under the slogan "you're either with us or against us.

But force has proved ineffective and pointless. Afghanistan is reeling, and no one can say what will happen after international forces withdraw. Libya is divided into tribes and clans. In Iraq the civil war continues, with dozens killed each day. In the United States, many draw an analogy between Iraq and Syria, and ask why their government would want to repeat recent mistakes.

No matter how targeted the strikes or how sophisticated the weapons, civilian casualties are inevitable, including the elderly and children, whom the strikes are meant to protect (*The New York Times*, 2013).

Em um contexto marcado pelo descrédito do mundo em relação aos Estados Unidos em consequência da guerra do Afeganistão e do Iraque, Obama foi constrangido a resolver a crise na Síria pelo conflito não militar. Como consequência do unilateralismo de Bush como tentativa frustrada de salvaguardar o mundo, Obama não teve outra alternativa se não aceitar a solução diplomática da questão. Contudo, é preciso cautela para se afirmar que o governo Obama realmente quis evitar um conflito armado e optar pela ação diplomática multilateral; afinal, se não fosse a mão firme da Rússia, não é possível assegurar que os Estados Unidos não teriam promovido novo ataque.

3.1. A crise na Síria à luz das perspectivas teóricas

A hegemonia norte-americana apresenta sinais de declínio, principalmente, após o fracasso da Guerra no Iraque. Essa lógica é corroborada por todos os autores analisados na seção 2. São eles: Wallerstein, Arrighi, Harvey, Hobsbawn e Ikenberry. Para além de fazer previsões, esses autores se mostram cada vez mais

atuais se analisarmos os problemas que envolvem os Estados Unidos na política internacional. Neste caso, o problema decorre na crise da Síria.

A crise na Síria representou uma transição do monopólio do uso da força, como destacado por Hobsbawn (2008), aplicado somente por Estados Nacionais, para o uso da força utilizado por grupos rebeldes, capazes de transformarem a Síria em um campo de bombardeio contra o governo de Assad. Além disso, essa crise demonstra o impacto que conflitos internos possuem na conjuntura internacional a partir do momento em que afetam todo o sistema e requerem a intervenção de outros países quando o próprio governo sírio é acusado de utilizar gás tóxico contra a sociedade síria.

Neste caso, a presença norte-americana nas discussões sobre a crise na Síria não se fez esperar. A decisão de Obama de atacar vem à esteira da declaração feita pelo presidente garantindo que usaria a força se o regime de Bashar al-Assad cruzasse a “linha vermelha”, isto é, usasse armas químicas (MARDELL, BBC, 2013).

Entretanto, a jogada diplomática de Putin e o retrocesso da decisão de Obama de invadir a Síria representaram a perda de credibilidade do poder americano, que Arrighi sinalizava em 2008. Além disso, demonstraram que a superioridade da força ocidental atingiu seu limite. Conforme já propunha Wallerstein (2004), a crise da hegemonia norte-americana dá indícios desde os anos 70, em especial porque o papel dos Estados Unidos no mundo representa o declínio do país nas questões mundiais, o qual se aprofundou com a crise na Síria.

Se no Iraque, de acordo com Harvey (2004), a sociedade civil, foi submetida à decisão do governo Bush de invadir o país, no caso da Síria não foi possível manipular a população. Isso é decorrente, sobretudo, pelo fracasso norte-americano na Guerra do Iraque e o terror enfrentado pela sociedade civil americana. Dessa forma, a retórica utilizada no governo Bush de promoção da paz e liberdade e perpetuada no governo Obama, não foi aceita pela comunidade internacional, tampouco pela sociedade civil americana.

Em decorrência, a decisão dos Estados Unidos de aderir à jogada diplomática de Putin, de criação e adoção pela Síria da resolução 2118 proposta pelo Conselho de Segurança da ONU, representou a resistência do governo Obama ao unilateralismo

de Bush. Isso demonstrou que o unilateralismo, segundo Ikenberry (2011), já não é mais a forma pela qual um país irá se sobrepôr à ordem mundial e manter a estabilidade internacional.

Ademais, se lançarmos os olhos para a crise na Síria percebemos que o mundo já não enxerga os Estados Unidos como o provedor da segurança internacional. Isso representa a crise de autoridade americana, que tende a se aprofundar ao longo dos anos.

As consequências dessa análise só fazem sentido se lembrarmos da aventura de Bush no Iraque. O sistema internacional de hoje já não é aquele anterior à invasão neste país. Os Estados não se convencem mais pela retórica de promoção da liberdade e democracia no Oriente Médio. A hegemonia norte-americana em declínio encontra seu fim na falta de legitimidade e autoridade internacional. A coerção, sozinha, não é capaz de manter a hegemonia se não for seguida do consentimento. Os Estados Unidos não são o Leviatã global para intervir em qualquer lugar e a qualquer momento.

Como consequência, frente ao cenário que se instaurou, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos enfrentam o momento mais difícil de toda a sua história: o longo século XXI.

5. Considerações Finais

Os atentados de 11 de setembro romperam com a década de 1990, cujo período mantinha-se a ideia de que os Estados Unidos eram responsáveis pelas funções globais do mercado e conservava-se a ideia de que o país era a potência política-militar indispensável.

O unilateralismo norte-americano, perpetuado especialmente durante a Guerra ao Terror, demonstrou-se uma tentativa dos Estados Unidos de reafirmar-se perante o sistema internacional como forma de demonstrar que o poder deste país não foi corroído com os atentados de 11 de setembro. Deste modo, depois do golpe sofrido por meio dos ataques viu-se necessário, por parte dos norte-americanos, reafirmar ainda mais seu poder e relançar a hegemonia de forma explícita.

A explicação das origens da guerra do Iraque não pode ser subsumida à necessidade norte-americana de explorar sua superioridade bélica para proteger o poder dos Estados Unidos no sistema internacional. Entretanto, tendo em vista que a posição dos Estados Unidos no cenário internacional estava ameaçada, o governo Bush conjecturou o poder militar norte-americano como uma alternativa para resolver, ou ao menos driblar, os desafios estabelecidos à hegemonia americana. O que o governo não imaginou é que falharia ao tentar obscurecer esse interesse perante o mundo através de um discurso salvacionista e benevolente de “grande líder”, cujo objetivo era levar a paz e a liberdade a todos (COMBAT, 2007).

Se o objetivo norte-americano era resguardar seu poderio militar através da superioridade bélica, é válido elucidar que a dominação coercitiva não é suficiente para manter uma hegemonia.

Essa tentativa desencadeada pelo governo Bush durante a invasão do Iraque se mostrou falha. O mundo assistiu ao fracasso norte-americano em solo iraquiano e, como consequência, a legitimidade dos Estados Unidos perante aos demais Estados se viu diminuída.

Nesse sentido, a crise na Síria representa um ponto de inflexão na política externa de Barack Obama. Embora num primeiro momento a retórica era de intervir militarmente na Síria; posteriormente, o governo norte-americano se viu constrangido pela conjuntura internacional e teve como única alternativa aderir à

jogada diplomática de Putin de resolver o conflito por meio da cooperação. Neste caso, a dominação estritamente coercitiva, marca da política externa de Bush, não obteria o mesmo êxito tendo em vista a falta de poder consentido com o qual os Estados Unidos convivem.

O país, portanto, precisa se reinventar no longo século XXI que se anuncia, seja compartilhando poder e negociando sua acomodação a uma nova ordem, como fez a Grã-Bretanha do pós-Segunda Guerra, ou criando um fato novo – uma nova rodada de inovações tecnológicas, por exemplo – que lhe proporcionem uma nova rodada de hegemonia. Seja qual for a solução, a combinação de crise econômica e de legitimidade, ocorrida a partir de 2008, dificulta o encontro de respostas nos dias atuais. Frente ao contexto de complexidades, a única certeza é a de que períodos de grandes mudanças e desafios encerram também momentos de grandes oportunidades.

6. Referências

ARRIGHI, Giovanni (2008) *Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do Século XXI*. São Paulo: Boitempo.

ARRIGHI, Giovanni (1996) *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP.

BBC (2013) “Investigação da ONU vincula Assad a crimes de guerra na Síria” BBC Brasil,
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/12/131127_siria_pillay_lk.shtml [22 de agosto de 2014].

COMBAT, Flávio. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as consequências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Dissertação de Mestrado.

FEITOSA, Ligia Dias. *Guerra de Sentidos: Uma leitura dos Pronunciamentos do Presidente George W. Bush sobre a guerra com o Iraque*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008. Dissertação de Mestrado.

HILL, Fiona (2013) “Putin Scores on Syria: How He Got the Upper Hand -- And How He Will Use It” Foreign Affairs,
www.foreignaffairs.com/articles/139905/fiona-hill/putin-scores-on-syria [12 de agosto de 2014].

LEMMON, Gayle Tzemach (2013) “The Best Case Scenario in Syria: The Obama Administration Should Use Strikes to Get Talks” Foreign Affairs,
www.foreignaffairs.com/articles/137043/gayle-tzemach-lemmon/the-best-case-scenario-in-syria [12 de agosto de 2014].

MARDELL, Mark (2013) “Crise Síria faz EUA assumirem papel de polícia do mundo” BBC Brasil,
www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_policia_mundo_siria_mm.shtml [11 de agosto de 2014].

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (2013) “Pobre Síria” Folha de S. Paulo,
www1.folha.uol.com.br/colunas/luizcarlosbresserpereira/1229256-pobre-siria.shtml [11 de agosto de 2014].

PUTIN, Vladimir V (2013) “A Plea for Caution From Russia: What Putin Has to Say to Americans About Syria” The New York Times,
www.nytimes.com/2013/09/12/opinion/putin-plea-for-caution-from-russia-on-syria.html?_r=1& [13 de agosto de 2014].

- HARVEY, David (2004) *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- HOBBSBAWM, Eric (2008) *On Empire: America, War and Global Supremacy*. New York: Pantheon.
- IKENBERRY, John (2011) *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order*. Princeton: Princeton University Press.
- OBAMA, Barack (2013) “Weekly Address: Calling for Limited Military Action in Syria” The White House, www.whitehouse.gov/the-press-office/2013/09/07/weekly-address-calling-limited-military-action-syria [12 de agosto de 2014].
- ONU: Organização das Nações Unidas (11 de outubro de 2013) “Conselho de Segurança da ONU aprova missão para supervisionar destruição de armas químicas da Síria” www.onu.org.br/conselho-de-seguranca-da-onu-aprova-missao-para-supervisionar-destruicao-de-armas-quimicas-da-siria/ [13 de agosto de 2014].
- ONU: Organização das Nações Unidas (27 de setembro de 2013) “Resolução n. 2118” www.daccess-dds.ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N13/489/26/PDF/N1348926.pdf?OpenElement [16 de agosto de 2014]
- WALLERSTEIN, Immanuel (2013) “Consequences of U.S. Decline” Binghamton, www2.binghamton.edu/fbc/commentaries/archive-2013/364en.htm [23 de agosto de 2014].
- WALLERSTEIN, Immanuel (2004) *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- ZUNES, Stephen (2012) “Military Intervention in Syria is a Bad Idea” Foreign Policy In Focus, www.fpif.org/military_intervention_in_syria_is_a_bad_idea/ [12 de agosto de 2014].